



3º CONGRESSO DO PT

O BRASIL QUE QUEREMOS

O BRASIL QUE QUEREMOS

O Brasil que queremos é um país livre, justo e soberano. Um país fundado na solidariedade e na igualdade social, e no qual os direitos individuais e coletivos sejam o centro da agenda política.

O Estado brasileiro deve ter seu caráter distributivo fortalecido e seus espaços de participação ampliados. Deve promover o desenvolvimento econômico e social de maneira democrática e respeitando a natureza.

O Governo Lula

O Governo Lula caminha no rumo do país que queremos, pois pratica uma política econômica que privilegia o crescimento comprometido com a distribuição de renda e da riqueza, com a recuperação do poder do Estado e da qualidade do serviço público e com um comportamento afirmativo do Brasil perante o mundo.

O Governo Lula está mudando o Brasil. Está rompendo as tradições elitistas, clientelistas e patrimonialistas que historicamente fizeram com que direitos fossem considerados favores, que privatizaram o Estado e concentraram a riqueza e o conhecimento nas mãos de poucos.

O Governo Lula tem um projeto para o país. É um governo que trabalha para que os bancos públicos sejam bancos de fomento e que o BNDES seja o carro-chefe da economia brasileira. Não é um governo dos monopólios, é um governo que apóia a pequena e a microempresa, que apóia a economia popular e a agricultura familiar.

O Governo Lula é comprometido com a autodeterminação dos povos, com a integração da América do Sul e com o diálogo entre os países periféricos do mundo. Não é um governo da elite que representa o grande capital, é um governo popular, que está fazendo políticas públicas inclusivas em todas as áreas sociais, que investe em educação, na geração de empregos, na reforma agrária e que defende os Direitos Humanos.

O Governo Lula articula desenvolvimento com respeito ao meio ambiente. É um governo que não tem a ideologia do corte de gastos, não trata o funcionalismo público como adversário e nem criminaliza os movimentos sociais.

O Governo Lula é um governo de esquerda que constrói os fundamentos de uma verdadeira revolução democrática, essencial para caminharmos na direção de uma sociedade socialista.

Herança maldita

O Brasil é um país marcado por séculos de dominação conservadora e autoritária, que impediu a construção de um projeto soberano de nação e que relegou ao país indicadores sociais comparáveis aos dos países mais pobres do mundo.

Apesar dos avanços democráticos dos anos 80 e 90, o Brasil chegou ao século XXI como um dos raros países do mundo a não ter realizado plenamente sua reforma agrária, com uma concentração de renda que está entre as mais elevadas do mundo, com a taxa de juros mais alta do planeta, um inadmissível déficit habitacional e oferecendo a crianças, adolescentes e jovens o convívio diário e brutal com violência urbana.

Em 2003, quando Lula chegou à Presidência da República, constatamos que nosso país quase foi à falência com uma dívida externa de 210,7 bilhões de dólares e um "Risco Brasil" acima de 2.000 pontos. Nosso governo soube controlar e reduzir a dívida para 161 bilhões de dólares e o "Risco Brasil" para a casa dos 200 pontos - menor índice de sua história - além de zerar a dívida com o FMI.

A dívida líquida no governo de Fernando Henrique Cardoso, apesar das privatizações realizadas, saltou de 30% do PIB em 1994 para 55,5% do PIB em 2002 e desde 2004 está recuando. A relação da dívida externa líquida com o PIB passou de 17,4% para 35,9%, relação que em nosso primeiro governo baixamos para 9,4%.

Nossas reservas internacionais foram reduzidas na gestão tucana-liberal de 37,9 bilhões de dólares para US\$ 16,3 bilhões, deixando

nossa economia absolutamente vulnerável e ameaçando nossa soberania. Nosso governo inverteu a tendência e fez essas reservas crescerem para US\$ 158 bilhões, garantindo a estabilidade necessária.

Nos governos anteriores, o saldo comercial acumulado sofreu um déficit de US\$ 8,6 bilhões. No nosso houve um superávit de mais de US\$ 120 bilhões e um crescimento de mais de 100% em nossas exportações. Os juros, embora ainda elevados, estão hoje em rota francamente descendente, pela primeira vez abaixo dos 12% anuais.

A herança maldita, porém, não foi só econômica. O desemprego atingiu a mais de 13% da população, a violência cresceu fortemente, a cultura passou a depender da vontade do setor privado e as políticas sociais foram cada vez mais fragmentadas e fragilizadas.

Na educação, por exemplo, o compromisso com a qualidade foi abandonado e as escolas públicas passaram a ser sinônimo de sucateamento e desamparo. O ensino superior foi largamente privatizado – comprometendo sua qualidade e se distanciando da tarefa principal do Estado brasileiro, de oferecer educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

Mudança de época

A partir do Governo Lula vivemos uma revolução democrática que pretende mudar a sociedade pela conscientização da população, não por uma vanguarda política, mas pela ampliação da participação e pela construção de hegemonia. Ao mesmo tempo, o governo propõe mecanismos de defesa contra o retrocesso político, econômico e social. Em nosso país "não vivemos uma época de

mudança, mas uma mudança de época", como disse o presidente do Equador, Rafael Correa, sobre a América Latina.

A grande tarefa que o PT, o Governo Lula, os movimentos sociais e as demais forças de esquerda têm pela frente é avançar na construção permanente de um governo democrático e popular com base em um projeto de desenvolvimento de longo prazo para o país, e que já está em andamento.

Conquistas do primeiro mandato

O Governo Lula é de esquerda e a negação disso revela a falta de compreensão dos avanços propostos e alcançados nesses anos de mandato. Basta ver as conquistas obtidas no primeiro mandato.

O Brasil obteve a auto-suficiência em petróleo, atingindo a produção de 1,8 milhão de barris/dia. O país produz mais do que consome, superando a vulnerabilidade decorrente das oscilações do mercado internacional do óleo combustível.

O governo federal tem atuado também na viabilização econômica e ampliação do uso do gás natural. Criou um novo modelo de gestão para o setor elétrico que garante o planejamento em longo prazo, garantindo-se as condições para evitar déficits no fornecimento de energia elétrica aos consumidores, com tarifas mais baratas no futuro e atento aos danos provocados ao meio ambiente por projetos mal-elaborados.

O país avança no biodiesel. A obrigatoriedade da mistura do biodiesel ao diesel do petróleo cria mercado interno potencial e permite competitividade frente a outros combustíveis. Além disso, o programa implantou uma política de inclusão social que beneficia a agricultura familiar e contribui para a desconcentração da renda no país.

Estratégica é a decisão do Governo de desenvolver a indústria de defesa nacional para que o Brasil possa não só manter sua integridade e soberania, mas, sobretudo reafirmar e exercer em sua plenitude o seu histórico e inquestionável compromisso de lutar e manter a paz no mundo e na região. Não menos importante é o passo dado pelo governo para a implantação da televisão e rádio digitais, de uma TV pública nacional para democratizar os meios de comunicação de massa, a fim de que todos tenham condições de entender os debates e as disputas políticas e, sobretudo, condições de decidir. Outra significativa contribuição do Governo Lula é o desenvolvimento da produção de biocombustíveis, especialmente o etanol derivado da cana-de-açúcar e não a partir de um alimento – o milho – como ocorre nos Estados Unidos. O PT reconhece a importância da produção dessa energia renovável para a geração de emprego e, sobretudo o papel altamente positivo que ela poderá ter para libertar da dependência do petróleo os países mais pobres do continente africano e da própria América Latina. Contudo, o Partido dos Trabalhadores condena de forma enfática o ritmo de trabalho extenuante a que vem sendo submetidos cortadores de cana em diversas usinas, particularmente no Estado de São Paulo. Incorporamos a campanha pela implantação da Empresa Brasileira de Agroenergia.

O programa Brasil Alfabetizado atendeu mais de sete milhões de pessoas em 2006. Com a aprovação do FUNDEB, o atendimento será ampliado de 30,7 milhões para 47,2 milhões de alunos, com investimentos adicionais da União de R\$ 4,3 bilhões por ano.

Pela primeira vez houve distribuição de livros didáticos (português e matemática) e merenda escolar no ensino médio, e o repasse por

aluno/dia aumentou 69% no ensino fundamental e 266% na educação infantil.

A criação do PROUNI permitiu oferecer 250,9 mil bolsas de estudo para o ensino superior em 2005 e 2006, beneficiando jovens de baixa renda. Foram criadas quatro novas universidades públicas, seis passaram de faculdades para universidades e estão sendo implantados ou consolidados 48 campi.

Ações inovadoras para a juventude beneficiaram 440 mil jovens pelo PROJOVEM, com ampliação da escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias para jovens de 18 a 24 anos que não concluíram o ensino fundamental e não têm emprego formal.

O crescimento do emprego formal, com a criação de 4,2 milhões de empregos com carteira assinada somados às vagas no mercado informal e no setor público, ampliam para 5,6 milhões os postos de trabalho criados.

O salário mínimo teve aumento real em todos os anos do Governo Lula, chegando a R\$ 380,00 por mês. Em março de 2003 comprava 1,3 cesta básica hoje compra mais de duas cestas básicas. Essa é uma conquista determinante na distribuição de renda e combate à desigualdade no país.

O governo federal iniciou o programa Luz para Todos em 2004 e tem transformado a vida no interior do país. Os atendidos estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% dessas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural.

O Fome Zero, conjunto de programas e projetos de diversos órgãos do Governo Federal, permitiu a inclusão social de famílias brasileiras que vivem abaixo da linha da pobreza e a garantia do direito à alimentação a todos os brasileiros. O Bolsa Família, maior programa do Fome Zero, já está presente em 100% dos municípios do país. Com o Programa de Aquisição de Alimentos, mais de R\$ 750 milhões foram investidos pelo Governo Federal na aquisição de alimentos da agricultura familiar, beneficiando 199.000 agricultores familiares, tendo sido atendidas 6,5 milhões de pessoas em mais de 1.500 municípios.

Até maio de 2006 foram construídas 143 mil cisternas, beneficiando 715 mil pessoas nos municípios do Semi-Árido, com investimentos de R\$ 239 milhões do Governo Federal.

Nosso governo deu total prioridade para a América Latina, participando e estimulando a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, o fortalecimento do Mercosul e colaborando com vizinhos como Venezuela, Bolívia, Equador, Colômbia e Haiti. Houve investimentos em ferrovias, ampliação e modernização de aeroportos, melhoria da infra-estrutura em 20 portos e início do processo de recuperação da malha viária.

Foram significativos os avanços na saúde, com a ampliação do atendimento de saúde bucal, do Sistema Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU -, a criação das Farmácias Populares e significativa redução da mortalidade infantil.

Aumentamos significativamente os recursos para habitação popular e saneamento. A Lei que instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) foi o primeiro projeto de iniciativa popular aprovado, e aprovamos o novo marco regulatório do saneamento.

Fortalecemos a Federação e colocamos o tema do pacto federativo em pauta. No primeiro governo, estabelecemos uma nova relação com prefeitos e prefeitas. Ampliamos a base tributária própria dos municípios, criamos sistemas públicos nacionais, como o Sistema Nacional de Assistência Social - SUAS - e o Sistema Nacional de Cultura - SNC -, e buscamos consolidar os já existentes, como o Sistema Único de Saúde - SUS - e o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA.

Essas conquistas são importantes, mas, sem dúvida, representam apenas o início da mudança pela qual o Brasil precisa passar.

Movimentos Sociais

O primeiro mandato de Lula representou um marco na relação do Governo Federal com a sociedade civil organizada, que passou a ser respeitada, legitimada e valorizada. O governo fortaleceu os conselhos, realizou inúmeras conferências e rompeu com a tradição autoritária do Estado brasileiro.

Mesmo quando houve conflito entre as partes, o que é natural numa democracia, a postura do Governo Lula representou um enorme avanço, reconhecido por todos os movimentos sociais do país, quando é feita a comparação com governos passados.

O diálogo do partido e dos governos petistas com os movimentos sociais e populares deve ser fruto de um projeto político claro e consistente que reconheça sua autonomia e respeite sua livre organização e protagonismo.

No Brasil que queremos os Movimentos Sociais e Populares não são *correia de transmissão* de qualquer projeto, assumindo papel determinante no aprofundamento da democracia, cujo alicerce primeiro deve ser a ampliação da participação popular nos espaços

públicos, o fortalecimento do controle social sobre o Estado e a predominância dos interesses coletivos sobre a lógica do mercado.

Política Externa

As mudanças pelas quais o Brasil passa também ocorrem na América Latina e têm conseqüências no cenário internacional. Temos de ter capacidade e grandeza para entender a importância e o papel do PT, da liderança do presidente Lula e do Brasil no continente e no mundo. Há condições para a América do Sul se transformar numa comunidade de nações e para haver uma integração que deve ser, em primeiro lugar, política e, depois, econômica, cultural e social.

O mundo vive uma época de barbárie fragmentada, enquanto a América Latina está construindo experiências de agregação. Cresce a adesão à democracia em nosso continente, porque as massas populares estão se identificando com as experiências de governos que dialogam com elas e atendem as suas aspirações e reivindicações.

A política externa de nosso governo é importante, também, pelo diálogo aberto com a África e a Ásia, pela ampliação do comércio exterior com os Estados Unidos e a Europa, pela liderança no G20 e pelo papel protagonista exercido pelo Brasil frente às grandes questões da política internacional.

O Governo Lula foi firme ao condenar a invasão do Iraque, ao defender a democracia na Venezuela e enviar tropas para garantir a paz no Haiti. Nosso governo tem uma política externa comprometida com a autodeterminação dos povos e não é subserviente aos interesses do grande capital.

O segundo mandato

A partir de nossos ideais e valores socialistas e de uma necessária análise da sociedade brasileira, devemos formular as contribuições do PT para a continuidade da construção do Brasil que queremos.

Além da reforma política e de mudanças na política econômica – com predominância do desenvolvimento sobre a estabilidade – temos de lutar por uma ampla reforma do Estado brasileiro.

Não é só a reforma da gerência e da administração pública, mas a do papel do Estado no desenvolvimento. A batalha ideológica em torno do PAC é esta: o Estado pode ou não financiar e planejar o desenvolvimento? A direita tucano-liberal quer que o Estado apenas financie, mas não planeje. Nós entendemos que deve financiar e planejar. Ao contrário do que eles dizem, o Estado pode mudar a estrutura de renda e a participação do trabalho na renda nacional.

A reforma do Estado deve espelhar as mudanças pelas quais o Brasil está passando. O país está mudando, está sendo apropriado pelas classes populares e tem outra estratégia de desenvolvimento. Não é mais a estratégia que as classes dominantes impuseram, mas a estratégia que o povo escolheu nas urnas.

O PT deve estar preparado para discutir o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC – e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE –, que são mais que planos burocráticos, podendo se transformar em grandes caudais de mobilização social, política e cultural. Para isso, precisamos de um partido de pernas firmes.

É evidente a necessidade de uma revolução educacional no Brasil. As medidas adotadas no primeiro mandato (PROUNI, FUNDEB, as políticas de formação em todos os níveis e modalidades de ensino, a ampliação do alcance dos livros didáticos, o aumento e descentralização de recursos do salário-educação e a recuperação e

crescimento das Universidades Públicas) foram fundamentais e deram início a essa revolução, que necessita, no segundo mandato, de maior profundidade e extensão.

A educação pública no país deve se constituir em um dos alicerces do novo Brasil. É na escola, única instituição pública presente em todos os municípios brasileiros, que se deve sedimentar os valores que queremos ver no mundo e assegurar o acesso às condições de produção do conhecimento e da cultura. Para isso, é preciso tornar prioridade nacional a qualidade da educação pública, a partir do debate com a sociedade. O PDE nos oferece essa oportunidade.

Temos de completar a reforma tributária, que não pode se limitar à unificação do ICMS e à criação do IVA, mas ser uma reforma que mude a distribuição de renda na sociedade brasileira. Até agora isso foi feito por meio de políticas sociais e aumento de salário mínimo. Temos de promover a distribuição de renda também pela inclusão no mercado de trabalho e de consumo, pela política de moradia e reforma urbana, de apoio às pequenas empresas e pela geração de empregos.

É preciso criar o mercado interno que, com a integração da América do Sul, dê dinamismo ao capitalismo brasileiro e promova outro tipo de reforma. A partir daí poderão surgir outros temas em discussão, aparentemente proibidos hoje, como a propriedade social e o caráter da empresa privada. Cria-se, então, uma perspectiva socialista e não apenas de reformas no capitalismo.

Mercado interno se faz com distribuição de renda. Se não houver uma revolução na distribuição de renda do país, vamos perpetuar a cruel desigualdade que conhecemos, principalmente com esse modelo econômico que cria empregos de baixa qualidade e remuneração.

Para mudar isso é preciso cumprir algumas etapas. No Brasil, não existem ainda comissão de fábrica, contrato coletivo ou participação na gestão das empresas. Também não existe uma discussão, apesar dos fundos de pensão, da apropriação do excedente social pelas empresas e sobre as suas políticas de investimentos.

O Brasil está crescendo, criando empregos, mas a qualidade do emprego está caindo. A CUT sabe disso, os sindicatos também, todas as estatísticas mostram isso. Temos de pensar nesse tema com maior profundidade.

Tarefas para o período

No programa de governo apresentado na campanha eleitoral de 2006, seis eixos sintetizaram nossos compromissos com o povo brasileiro. Entendemos que eles continuam válidos e devem ser ratificados pelo III Congresso do PT:

- a) Combate à exclusão social, à pobreza e à desigualdade;
- b) Aprofundamento do novo modelo de desenvolvimento: crescimento com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental;
- c) Brasil para todos. Educação massiva e de qualidade. Cultura, comunicação, ciência e tecnologia como instrumentos de desenvolvimento e de democracia;
- d) Ampliação da democracia;
- e) Garantia da segurança para os brasileiros e as brasileiras;
- f) Inserção soberana no mundo.

Não cabe, aqui, reproduzir todo o programa de governo, mas destacamos alguns pontos que entendemos devam ser priorizados

pelo governo e pelo partido, todos eles absolutamente compatíveis, senão integrantes, do Programa de Aceleração do Crescimento:

Educação: "A educação de qualidade e ao alcance de todos deve ser entendida como instrumento de produção, organização e difusão de conhecimento e cultura. Deve contribuir para a formação de gerações de brasileiros capazes de compreender criticamente e dar significação aos valores culturais construídos ao longo da história, em diálogo permanente e afirmativo com as demais culturas do mundo".

O acesso à educação básica, por meio da universalização do ensino fundamental de nove anos deve ser resultado de uma repactuação federativa. É preciso ampliar o atendimento à educação infantil e dar continuidade à reestruturação do ensino médio e do ensino noturno, assim como é preciso avançar na integração das políticas de educação com as de cultura.

Comunicação: Convocar a 1ª Conferência Nacional de Comunicação Social e articular as ações governamentais em educação, cultura e comunicação. É preciso fortalecer a concepção de um sistema de comunicação que combine a atuação do setor público, do setor privado e dos instrumentos de comunicação comunitária.

Criar condições para que um número cada vez maior de localidades possam contar com emissoras de rádios comunitárias, multiplicando os canais de expressão da população, potencializando a circulação das informações e fornecendo conteúdos não necessariamente ligados aos consensos midiáticos da imprensa monopolista.

Povos Indígenas: Avançar no processo de eliminação da herança tutelar, paternalista e integracionista ainda presente no Estado brasileiro, em direção a um novo cenário jurídico, político e administrativo, coerente com os preceitos da Constituição Federal de 1988. Para tanto, é preciso instituir uma nova relação entre Estado e Povos Indígenas e garantir a demarcação, proteção e o desenvolvimento sócio-ambiental das terras indígenas no País.

Mulheres: Deve ser prioridade do governo dar continuidade à implementação de políticas voltadas à igualdade de direitos entre os gêneros, respeitada a identidade das mulheres, dando como exemplo o combate à violência doméstica e às desigualdades no mercado de trabalho. É preciso que os meios de comunicação e as políticas de educação incentivem a sedimentação de uma cultura de igualdade, com respeito às mulheres e sua diversidade.

Igualdade Racial: Acelerar a implementação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e combiná-la com as políticas de cotas sociais e raciais na educação. Adotar medidas especiais para compensar e superar as desvantagens históricas e sociais que atingem a população negra em todo o território brasileiro. Além disso, devem continuar sendo prioridade do governo brasileiro as políticas de regularização fundiária e desenvolvimento sustentável para as comunidades quilombolas e tradicionais.

Moradia: Garantir acesso à moradia digna e aos serviços urbanos essenciais, em especial de saneamento básico e transporte público, priorizando a inclusão socioespacial dos assentamentos informais, especialmente das favelas nas regiões metropolitanas.

Regiões Metropolitanas: uma agenda de desenvolvimento para as regiões metropolitanas, onde estão as maiores concentrações de pobreza, desemprego, violência e desorganização do espaço

urbano. A articulação do conjunto das políticas de desenvolvimento urbano, sobretudo habitação, saneamento e mobilidade urbana, somadas às políticas sociais e de segurança pública, com foco nas populações que são alvos da transferência de renda e na juventude, deve ser assumida pelos governos federal, estaduais e municipais, fortalecendo novos mecanismos de gestão compartilhada das políticas públicas nesses territórios.

Política Agrícola e Reforma Agrária: A busca de um modelo sustentável dependerá de combinar a Reforma Agrária, o apoio à agricultura familiar, o incentivo ao agronegócio e o equacionamento de seus problemas estruturais de comercialização. Para isso, é preciso gerar um ambiente de produção e trabalho que garanta ampliação da renda agrícola, oferta adequada de alimentos e geração de divisas, com preservação dos recursos ambientais.

Políticas sociais: o Brasil não pode esmorecer no combate à fome e desconcentração da renda. As políticas sociais devem ser integradas de maneira crescente, de tal forma que o PAC não seja apenas um programa de crescimento econômico, mas de desenvolvimento humano.

Segurança Pública: A segurança pública é uma prioridade na agenda política dos brasileiros. Para isso, temos de consolidar e expandir o Sistema Único de Segurança Pública, valorizar os profissionais da segurança modernizar o trabalho policial, investir em sistemas de inteligência, promover uma repressão qualificada às organizações criminosas, reorganizar e modernizar o sistema penitenciário brasileiro e investir maciçamente em participação social na segurança pública cidadã. É inadmissível o grau de exposição de crianças e jovens à violência que temos no país. Segurança tem de ser prioridade nacional.

Reforma Sindical: o PT sempre defendeu uma reforma sindical para democratizar as relações entre capital e trabalho. Essa reforma deve estar baseada nos princípios historicamente defendidos pelo PT, que são a liberdade e autonomia sindical, que passa pelo reconhecimento oficial das centrais sindicais, das organizações por local de trabalho, do acolhimento das convenções da OIT, bem como o direito de negociação ao funcionalismo público.

Inclusão digital: O PT deve trazer para o projeto nacional de desenvolvimento uma forte política nacional de inclusão digital, como necessidade contemporânea do seu compromisso com uma revolução na educação, bem como para a democratização dos meios de comunicação.

Energia: É necessário consolidar os movimentos iniciados no primeiro mandato, a retomada do papel do Estado como planejador, com importante papel nos investimentos e na regulação do setor energético, assim como o apoio às fontes renováveis de energia, em especial os biocombustíveis, como o etanol e o biodiesel.

Políticas Públicas para a Juventude

Nosso partido, por meio de suas administrações municipais, foi pioneiro na execução das Políticas Públicas de Juventude – PPJs. O Governo Lula inaugurou uma discussão nacional sobre a juventude brasileira e implementou programas e projetos visando à redução das desigualdades e a geração de oportunidades para os jovens do Brasil.

É preciso aprovar o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude que tramitam no Congresso Nacional, fortalecendo a Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal como espaço

de articulação institucional das PPJs e ampliando a abrangência dos programas para juventude no segundo mandato.

Outra grande contribuição que o nosso partido deve dar para a efetivação do debate e da execução das políticas públicas nos governos estaduais e municipais é a criação de órgãos de gerenciamento e articulação das PPJs e conselhos de juventude que garantam o diálogo institucional com os jovens.

O desemprego entre os jovens ainda é uma dura realidade. A juventude é a mais atingida pela violência urbana e pela escassez dos equipamentos públicos para o esporte, o lazer e a cultura. Os governos do PT devem colocar o tema juventude como uma de suas prioridades, pensando na formação das novas gerações e mantendo viva a nossa esperança por um país mais justo e solidário.

Governabilidade Social e Federativa

A sustentação deste projeto de mudanças, de rompimento com a dominação conservadora, não pode ficar restrita à bancada de sustentação do governo, ou seja, ao jogo político no Congresso Nacional: é necessária a construção de um bloco histórico que defenda na sociedade o projeto democrático popular, com ampla participação dos movimentos sociais e de meios de comunicação alternativos.

É necessário que governos estaduais e municipais do PT e de partidos da coalizão interajam com o projeto nacional em andamento, contribuindo para a sua formulação e fortalecendo-o regional e localmente, constituindo-se em atores institucionais fundamentais para a efetivação das políticas e para a sua defesa junto à sociedade.

No Brasil que queremos, os partidos de esquerda devem estar juntos, empunhando as mesmas bandeiras e ocupando as mesmas trincheiras. Para isso, o Partido dos Trabalhadores deve buscar, junto ao PC do B e ao PSB, compor o núcleo da coalizão do governo Lula, de maneira a contribuir para a consolidação de uma hegemonia de esquerda no país e para a sedimentação dessa aliança estratégica para o projeto socialista.

Projeto de Desenvolvimento Nacional

Um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo país é dar consistência e amplitude a um projeto nacional de desenvolvimento que seja alternativo ao neoliberalismo. As questões centrais que devem ser tratadas são:

- a) compatibilizar o crescimento econômico com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade do meio ambiente deve ser uma meta transversal, que permeie todas as iniciativas governamentais e sociais, que esteja presente como princípio na sociedade brasileira;
- b) estabelecer os papéis a serem desempenhados pela áreas estatal e privada na implementação desse novo modelo de desenvolvimento, rechaçando a lógica do Estado mínimo. As parcerias público-privadas não devem ser um modelo universal de investimentos, sendo usadas tão-somente nos casos em que o estado realmente não tenha capacidade de dar respostas de curto prazo;
- c) taxar o capital financeiro, objetivando a desfinanceirização da economia. O sistema financeiro nacional deve viabilizar o

- desenvolvimento das forças produtivas, não gerando precarização nas relações de trabalho;
- d) consolidar a inserção comercial do país no mercado mundial sem utilizar da prática da espoliação dos países pobres tal como fizeram e ainda fazem o G-8 e algumas das economias mais desenvolvidas do globo;
 - e) promover uma reforma agrária ampla, capaz de democratizar o acesso à terra e consolidar o homem do campo em seu ambiente, combatendo o latifúndio;
 - f) combater a violência e a criminalidade de forma sistêmica, investindo em assistência social e traçando um plano nacional de segurança de longo prazo, capaz de atender às mais diversas realidades urbanas e rurais do país, balizado pelos direitos humanos e pelo respeito à vida;
 - g) inserir o Brasil no ambiente internacional com austeridade e soberania, divulgando uma cultura de paz, contra todas as guerras, fortalecendo as alianças sul-sul e entre países em desenvolvimento e empoderando o Mercosul na integração latino-americana;
 - h) implantar em todo o território nacional uma infraestrutura de transportes adequada às nossas perspectivas de crescimento. Os modais aéreo, rodoviário, fluvial, marítimo e ferroviário precisam de pesados investimentos para que o país possa contar com uma logística eficiente e que nos permita chegar com preços competitivos no cenário do comércio internacional. Precisamos de mais e melhores aeroportos e portos; estradas que não representem riscos ao escoamento da produção e aos motoristas; e expansão das ferrovias, que devem passar e ser uma alternativa real de transporte;

- i) compreender as Forças Armadas como reserva estratégica para a defesa nacional necessariamente subordinada ao poder civil. Exército, Marinha e Aeronáutica precisam adequar sua ideologia a um mundo em que a integração dos povos e cooperação devem ser os valores preponderantes. Isso não lhes diminui o papel da garantia da nossa soberania, com vistas principalmente á manutenção do domínio brasileiro sobre nossas riquezas naturais (Amazônia, água, plataforma continental, etc.), mas lhes impõe novas tarefas no cenário da globalização;
- j) primar pelo resguardo e bom uso de nossos recursos naturais. Não admitiremos a espoliação de nosso petróleo, nossa água e nossos minérios dos mais variados tipos. A Petrobras tem de continuar em seu papel de principal gestora de nossa política de combustíveis, valorizando as energias alternativas (biodiesel, álcool, H-bio) e servindo de modelo para outros países. A geração de energia elétrica deve ser mediada pelo respeito ao meio ambiente, garantindo por outro lado uma matriz que atenda aos anseios de desenvolvimento de nossa sociedade. O Brasil é dono da maior quantidade de água potável do mundo entre os Estados nacionais, com bacias como a do Rio Amazonas, do Pantanal e aquíferos como o Guarani. A água é o petróleo do futuro, sendo um elemento estratégico para nosso país. Assim, é crucial que tenhamos políticas de preservação e bom uso desse recurso. A discussão sobre a licitude da privatização e o apoio ao plebiscito popular que discute o leilão da Vale do Rio Doce devem estar entre as bandeiras do PT para o próximo período, pois somente assim voltaremos a ter soberania sobre nossos recursos minerais.

Em Defesa do Governo Lula

A nota da Executiva Nacional de 31 de julho alerta o PT e as forças democráticas e populares para a continuidade da luta política no segundo Governo Lula e, em especial, para a ação desestabilizadora da direita. Mais importante ainda, propõe a retomada dos esforços pela unidade de esquerda e do movimento social em defesa do Governo e em defesa da democracia e da concretização do programa eleito junto com o Presidente Lula.

A partir destes pontos iniciais é essencial que o PT desempenhe um papel claro na sociedade e no governo. Esse papel será tão mais claro quanto maior for a compreensão do caráter das mudanças em curso e, por decorrência, dos conflitos postos e dos que estão pela frente. É frente a eles que o PT tem que se preparar e atuar com uma plataforma de transformação, integrando nossa ação no presente com as nossas perspectivas socialistas.

Nossa vitória em 2002 interrompeu a hegemonia neoliberal e abriu caminho para o difícil processo de enfrentamento e superação da dependência externa e das imensas desigualdades sociais, econômicas e políticas na sociedade brasileira. A reeleição de Lula, especialmente no confronto do segundo turno, derrotou a intenção de volta do neoliberalismo e colocou como possibilidade avançar numa transição política, social e econômica para um projeto de nação e de desenvolvimento beneficiando e chamando a participação da imensa maioria dos brasileiros. Por isso mesmo, contou com o apoio ativo dos movimentos sociais e das forças de esquerda mais representativas. E, sobretudo, contou com a manifestação inequívoca da maioria do povo que ficou ao nosso lado e votou por mais mudanças.

Nesse processo desenvolvido até agora, fortes interesses foram contrariados. Em primeiro lugar, aqueles que vêem o poder como algo exclusivo da burguesia e dos seus prepostos. Em segundo lugar, aqueles que lucravam com e apostavam na contínua submissão do Brasil aos interesses do imperialismo e da globalização. Em terceiro lugar, aqueles que controlavam os recursos públicos e privatizavam o Estado e que repudiam as políticas sociais de inclusão e o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e dos excluídos. Em quarto lugar, aqueles que perderam a presença policial do Estado em defesa dos seus interesses minoritários, que sempre responderam à questão social com repressão e que não admitem uma relação democrática e de diálogo com os movimentos sociais.

O segundo governo do Presidente Lula pode consolidar um novo ciclo político da revolução democrática no Brasil: pela natureza da derrota que infringimos à direita neoliberal restauradora; pela derrota que submetemos à maioria da mídia - que sustentando teses udenistas do falso moralismo apostou na derrota do PT e da esquerda - e porque nosso primeiro governo contribuiu, ainda que aquém do possível, para a formação de um novo bloco social e político capaz de dar sustentação a um novo modelo de desenvolvimento alternativo ao projeto neoliberal.

Para o PT este novo bloco social e político deve apontar, fundamentalmente, para a resolução de três tarefas históricas:

- a tarefa de desatrelamento definitivo do modelo falido do Consenso de Washington, que reduz as funções públicas do estado e põe a economia a serviço da especulação financeira internacional e da manutenção do padrão de dominação das classes dominantes do centro orgânico do capitalismo mundial;

- a tarefa de promover uma profunda reforma do estado e uma reforma política capazes de democratizar a relação Estado-Sociedade, de constituir formas de participação direta da cidadania; de desburocratizar e desprivatizar o Estado, e, ainda, de acionar mudanças para democratizar e modernizar os processos eleitorais;
- a tarefa de consolidar altos níveis de crescimento com distribuição de renda e riqueza, ampliação dos direitos dos trabalhadores, inclusão social, sustentabilidade ambiental, e fortalecimento da economia nacional de forma a colocar o país à altura das disputas políticas e econômicas mundiais.

Estas três tarefas históricas e o conjunto de programas setoriais devem ser transmitidos à sociedade a partir de uma síntese política que simbolize a construção de um novo projeto de nação, amparado por objetivos estratégicos que contrastem com os objetivos de neoliberalismo-restaurador. Através desta síntese devemos retomar a iniciativa política na sociedade, criando as condições para a implementação do nosso programa de governo, para a construção do novo bloco histórico, para a legitimação dos novos sujeitos na cena política e social, enfim, para a construção de uma nova correlação de forças, consolidando um processo de mudanças com democracia e participação popular.

É papel do PT apresentar um programa de transformação do Brasil e é papel, conferido pela nossa autonomia partidária, apontar os limites da ação do nosso próprio governo e lutar por avanços coerentes com os interesses sociais que representamos. Mas o partido só se mostra dirigente e capaz de representar um papel transformador se desenvolve esse labor participando de forma inequívoca de todos os conflitos, assumindo o lado dos trabalhadores e do povo, enfrentando a reação conservadora e propondo avanços democráticos.

Por isso, o PT assume incondicionalmente a defesa do governo Lula, denuncia os diversos complôs da direita e seus objetivos de retrocesso neoliberal. O PT se dirige aos movimentos sociais, às demais forças de esquerda e aos segmentos democráticos para propor uma frente de ação pela democracia e um amplo movimento político-social para mudanças de caráter democrático e popular em nosso país articulado com ações correspondentes no campo internacional, especialmente na América Latina.

É preciso reforçar, na base partidária e nos movimentos sociais os eixos centrais constitutivos de uma nova matriz de desenvolvimento, em oposição à matriz neoliberal:

- a defesa da transição para um modelo econômico de altas taxas de crescimento, distribuição de renda, soberania nacional e ativo papel do Estado na economia;
- a defesa da transição para um novo modelo político democratizado e com participação popular, em defesa da reforma política democrática, das diversas formas de iniciativa e participação popular, e da democracia participativa
- as reformas sócio-econômicas para a democratização da propriedade e da renda (agrária, tributária, urbana) e o aprofundamento das políticas públicas de educação, saúde, segurança e inclusão social;
- o avanço na unidade sul-americana.

Reforma Política e Constituinte Exclusiva

A democratização do país passa, além da luta contra os monopólios da comunicação, por modificar o sistema político, eleitoral e partidário.

É preciso debater e aprovar medidas sobre temas como: a convocação de plebiscitos para decidir questões de grande alcance nacional; a simplificação das formalidades para proposição de iniciativas populares legislativas; a convocação de consultas, referendos e/ou plebiscitos em temas de impacto nacional; o Orçamento Participativo; a correção das distorções do pacto federativo na representação parlamentar; a revisão do papel do Senado, considerando o tempo de mandato, a eleição de suplentes e seu caráter de câmara revisora; a fidelidade partidária, o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, o voto em lista pré-ordenada, o fim das coligações em eleições proporcionais; o fim da reeleição para todos os cargos majoritários a partir das próximas eleições; e a proibição do exercício de mais de três mandatos consecutivos no mesmo cargo.

O financiamento dos processos eleitorais não deve contribuir para a privatização do Estado, mas para a preservação de seu caráter público. A implantação, no Brasil, do financiamento público exclusivo de campanhas, combinado com o voto em listas pré-ordenadas, permitirá contemplar a representação de gênero, raça e etnia.

A reforma política não pode ser um debate restrito ao Congresso Nacional, que já demonstrou ser incapaz de aprovar medidas que prejudiquem os interesses estabelecidos dos seus integrantes. Ademais, setores conservadores do Congresso pretendem introduzir medidas como o voto distrital e o voto facultativo, de sentido claramente conservador.

O Partido dos Trabalhadores defende que a reforma política deve ser feita por uma Constituinte exclusiva, livre, soberana e democrática.

Para que isso seja possível, a reforma política deve assumir um estatuto de movimento e luta social, ganhando as ruas com um sentido de conquista e ampliação de direitos políticos e democráticos.

Dentre as propostas do PT para a reforma política, ganham destaque duas medidas: a que proíbe o financiamento privado nas campanhas eleitorais e a que estabelece o voto em lista pré-ordenada.

Adotadas, estas medidas terão como efeito coibir o poder econômico do Capital no processo eleitoral, fortalecer os partidos políticos, enfrentar a crise de representação institucional que hoje atinge índices alarmantes e combater as fontes da corrupção sistêmica.

O Diretório Nacional do PT agiu corretamente ao fechar questão em apoio ao financiamento público de campanhas, à lista fechada e pré-ordenada de candidatos/as, à fidelidade partidária e ao fim das coligações proporcionais. O 3º Congresso do PT reafirma que estas medidas, ao lado das que garantem protagonismo popular no processo político, constituem o núcleo da reforma proposta pelo Partido.

A derrota da reforma política, na atual legislatura, teve várias causas, entre as quais o reduzido conhecimento popular sobre o que estava em jogo, a campanha movida pelos grandes meios de comunicação, o apoio de grande parte dos parlamentares às regras que os elegeram, a oposição do PSDB, a divisão entre os partidos de esquerda e na bancada do próprio Partido dos Trabalhadores e, finalmente, a atitude do governo federal que não orientou sua base de apoio a votar a favor da reforma política.

O 3º Congresso determina que, na composição das listas parlamentares que o PT vai apresentar nas próximas eleições,

sejam adotados critérios de seleção ainda mais rigorosos, incluindo o compromisso de apoiar a reforma política nos termos apontados pelo Congresso partidário.

A reforma política é essencial para a democracia. Por isso mesmo, ela só virá se for conquistada pela soberania popular. O caminho para isto é o desencadear de uma campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva para realizar a reforma política, com mandatos eleitos especificamente para promover a reforma das instituições políticas do Estado nacional.

Neste sentido, o 3º. Congresso Nacional do PT mandata o diretório Nacional para proceder os encaminhamentos de contato com outras entidades e partidos que compartilhem da proposta, precisar as questões referentes ao processo convocatório e determinar os prazos para desenvolvimento da campanha.

Um sistema federal de democracia participativa

O 11º Encontro Nacional do PT, de dezembro de 2001, em Recife, aprovou no documento "Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil", coordenado pelo saudoso Celso Daniel, no seu item 73:

"a redefinição do papel do Estado, no quadro do novo padrão de desenvolvimento, requer um novo modelo de gestão estatal, que se desdobra em duas grandes vertentes: a gestão participativa e a gestão estratégica. A gestão pública participativa - uma das referências centrais de nossos governos estaduais e municipais - deve ser uma dimensão básica da reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, também no nível central. A constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à co-

gestão pública, à partilha de poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa será fator chave para, ao mesmo tempo, combater as práticas clientelistas, valorizando a fala dos direitos, e propiciar a participação de novos protagonistas sociais, representando a maioria da população, hoje excluída das decisões (salvo raras exceções). Serão, portanto, não apenas espaços de debate e deliberação envolvendo Estado e sociedade, mas igualmente de disputa de hegemonia com a cultura clientelista e com os valores neoliberais."

Considerando, a partir desse pressuposto, que:

- Para um governo de esquerda a participação, organização e mobilização popular são fundamentais para garantir a governabilidade democrática;
- Os governos democráticos e populares combinam a idéia de inverter prioridades e garantir ganhos materiais aos historicamente excluídos com formas inovadoras de participação popular através da democracia participativa, materializada em experiências exitosas como o Orçamento Participativo (OP), os conselhos de direitos, temáticos e setoriais e no diálogo com os movimentos sociais;
- Ao combinar ganhos na qualidade de vida dos setores populares (que têm reivindicações e interesses históricos contraditórios com o funcionamento da sociedade capitalista) com novas formas de relação do Estado com a sociedade, temos melhores condições de responder positivamente à contradição de como governar sem frustrar expectativas. Ao mesmo tempo, dialogamos com dois princípios básicos da sociedade socialista que pretendemos

construir: uma democracia superior à democracia liberal e políticas que buscam superar as desigualdades econômicas e sociais existentes sob o capitalismo.

O 3º Congresso do PT decide lutar:

a) pela implantação do Orçamento Participativo Nacional;

b) pela efetivação das Conferências Nacionais de Políticas Públicas;

c) pela gestão democrática das empresas públicas;

d) pela participação democrática nos planos de desenvolvimento nacional.

As eleições municipais de 2008

As eleições municipais de 2008 serão muito importantes para a sustentação do governo Lula, para fortalecer as condições de nova vitória em 2010, para reforçar o papel histórico do PT como partido central da democracia brasileira, e para aprofundar a revolução democrática em curso.

Já na reeleição de Lula sentimos o quanto foi importante e positivo a atuação das nossas prefeituras e dos nossos vereadores. O tratamento dado pela mídia ao nosso governo na crise aérea mostra quantos ataques vêm pela frente. Redobra-se, por isso, a importância de uma vitória eleitoral significativa do PT nas eleições municipais. Ajuda muito a lhe dar respaldo.

Em cada cidade, as decisões da maioria da população nas eleições são tomadas em torno dos assuntos municipais, do prestígio na

cidade dos candidatos e do partido, da esperança aberta na população local por nossas alternativas. Mas, é inegável que também influenciam nos resultados a imagem do partido na sociedade brasileira, bem como a opinião popular sobre o nosso governo federal. O governo Lula precisa de nós e nós precisamos dele.

O programa a ser levado pelos nossos candidatos(as) deve expressar sua identidade com os principais anseios do povo, sua factibilidade nas condições locais e conjunturais, sua forte relação com as práticas de inclusão social e de democracia participativa, sua distribuição nos diversos territórios do município e nas diversas camadas sociais, sua condensação em algumas idéias-chave que se identifiquem com a alma popular. Deve também se fundar na credibilidade e no enraizamento social dos candidatos(as) escolhidos(as) para realizar o conteúdo deste programa, e na força de alianças que levem à vitória e à governabilidade posterior dentro do programa proposto e dos princípios éticos na administração pública.

Esta será a primeira eleição local depois da crise de 2005 e da dura campanha que atingiu o PT. Para superá-las devemos reafirmar o combate à corrupção e desenvolver nossas campanhas eleitorais com tratamento bastante rígido nesta questão. Precisamos reconquistar uma parcela do povo, em especial na classe média, que se afastou de nós por causa disso.

A eleição de vereadores(as) onde ainda não acumulamos força para eleger prefeito(a), é essencial para o enraizamento local do partido e a potencialização de nossa ação institucional, social e partidária em busca de uma maioria social. Por isso, na maioria das cidades

onde ainda não criamos força local suficiente para ter a maioria ao nosso lado nas eleições, o objetivo principal deve ser acumular forças elegendo vereadores(as) e fazendo uma boa campanha dentro de uma estratégia de maior prazo. O lançamento de candidatos do PT a prefeito(a), é um caminho desta estratégia. Outro caminho é o apoio a uma candidatura aliada que tenha proximidade com os princípios e práticas que o PT defende.

A deliberação sobre coligações proporcionais e majoritárias deverá ser feita, obrigatoriamente, em Encontro Municipal.

As direções partidárias nacional e estadual devem auxiliar as direções locais a preparar corretamente as campanhas às eleições de 2008, estar presentes na escolha de caminhos e da unidade, mobilizar os quadros experientes do partido nestas tarefas, especialmente nossos atuais governantes locais. Caberá à Direção Nacional definir as orientações e normas sobre alianças. Os bons resultados em 2008 farão o Brasil avançar na revolução democrática que estamos construindo ao longo da história do PT e ajudarão a construir as bases de uma nova vitória do PT em 2010.

Tática Eleitoral para 2008 e 2010

Na nossa estratégia eleitoral é fundamental que o PT construa vitórias importantes em 2008, fortalecendo nossa base política para 2010.

O PT deve se colocar como dirigente da condução do processo sucessório presidencial. Temos de preservar a coalizão governamental, aperfeiçoar e ampliar essa base de sustentação, sem esquecer a defesa intransigente dos interesses do PT, dos trabalhadores e dos movimentos sociais que nos sustentam.

O PT deve organizar um amplo processo de debate interno para formular, a partir de nossas experiências no governo federal e nos avanços até lá alcançados, um programa para o mandato 2011/2014 e, a partir dele, apresentar uma candidatura petista à sucessão de Lula capaz de liderar, juntamente com outros partidos, uma ampla aliança partidária e social e vencer as eleições de 2010. O PT apresentará uma candidatura a Presidente a ser construída com outros partidos e, assim, formar uma aliança programática, partidária e social capaz de ser vitoriosa nas eleições de 2010. E impedir o retorno do neoliberalismo.

Direitos Humanos

O restabelecimento de laços de confiança entre as organizações de esquerda e as militâncias passa pela reafirmação de princípios, valores e estratégias de luta. Na presente quadra histórica, quando a perspectiva socialista já não aparece tão nítida, em um contexto de perda de referenciais ideológicos, os Direitos Humanos permanecem como bandeira universal, identificada como patrimônio da esquerda. Contra a tese neoliberal do "fim da história" alardeada por Francis Fukuiama, o historiador Eric Hobsbawm e o filósofo Norberto Bobbio apresentam as características da esquerda de hoje. Eles assinalam a luta pelos Direitos Humanos e pela sustentabilidade na relação com o meio ambiente como bandeiras capazes de conformar a estratégia política de uma esquerda coerente com seus fundamentos de solidariedade, apta a responder aos desafios políticos das próximas décadas. Aceitamos essa premissa justa e democrática, cuja legitimidade tem sido comprovada no Brasil como em outros países. À mercê da voracidade capitalista global, vilipendiados pelo

retrocesso Bush pós-11 de setembro de 2001, assistimos, perplexos, ao confinamento de prisioneiros de guerra sem direito a defesa e assistência jurídica em Guantânamo e em unidades militares secretas dos EUA na Europa, à invasão do Iraque - e uso descarado da tortura nesse país -, apoiada por nações de tradição na defesa dos Direitos Humanos - Grã-Bretanha, Espanha e Itália. A morte do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Melo, vítima da violência política, simboliza a trágica condição dos Direitos Humanos, acudados entre investidas do terrorismo e do imperialismo. Acompanhamos também, entretanto, a derrota eleitoral de Bush nas eleições para o Congresso, a de Berlusconi na Itália e a de Aznar na Espanha; e principalmente, o recente movimento de revalorização da ONU. Estes são sinais de que, sem Direitos Humanos, não há como garantir a paz, a segurança coletiva e o desenvolvimento com justiça. Na América Latina, a esquerda ressurgiu com uma nova mensagem, que inclui a dimensão dos Direitos Humanos na afirmação da identidade nacional e étnica dos países da região. A luta pelos Direitos Humanos é um caminho sem volta.

A pesquisa teórica e instrumental no campo dos Direitos Humanos não passou ao largo da luta mais ampla por hegemonia ideológica. Sua dinâmica provocou, nas últimas décadas, como resultado, a incorporação dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais às prioridades de Estado. O reconhecimento e a defesa desses direitos pelos países socialistas, principalmente no período da Guerra Fria, concretizaram-se no Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), documento complementar ao Pacto Internacional de Direitos Humanos Civis e Políticos, este mais difundido. O Brasil, ao lado da maioria das atuais nações, é signatário de ambos os pactos

firmados no âmbito da ONU. O Pidesc alargou a amplitude do conceito de Direitos Humanos no Brasil e no mundo. Essa dinâmica enriqueceu a agenda tradicional do setor com a força dos movimentos de diversos campos de atividades e de conhecimento. Estes, por sua vez, receberam da luta pelos Direitos Humanos algo além da contribuição dos interesses corporativos, ao quais, muitas vezes, restringem o alcance do debate e limitam a capacidade de aglutinação necessária aos avanços sociais. Alguns exemplos dessa ampliação foram as alianças entre organizações de Direitos Humanos e movimentos dos sem-terra, pela moradia urbana, dos atingidos por barragens, do movimento feminista. Esses e outros movimentos, ao associarem-se à plataforma e à militância dos Direitos Humanos, potencializaram novos aliados e conquistaram maior legitimidade e visibilidade, o que contribuiu para que suas ações se tornassem efetivas.

No Brasil, as articulações que nascem sob o signo dos Direitos Humanos têm se estendido por organizações civis de diversos campos, envolvendo, também, instituições em todos os níveis e esferas do poder público. Trata-se de uma bandeira que une e mobiliza agentes dos poderes legislativo, executivo e judiciário, ministério público, defensorias públicas, organismos internacionais, comunidade escolar. Na luta pelos Direitos Humanos, já é comum a ação em rede, cujos resultados são visíveis na moderna legislação do setor, na valorização da diversidade e na participação das organizações civis no debate das políticas públicas. O PT, desde seu princípio, dotado de grande capilaridade e uma história de participação nos diferentes movimentos sociais, culturais e ambientais, pode se orgulhar - mais do que qualquer agremiação política - de ser parte empreendedora e constitutiva da vasta rede

de prevenção, proteção e promoção dos Direitos Humanos. Inversamente, a associação do PT com os Direitos Humanos tem beneficiado o Partido. A atuação nessa área permitiu que se projetasse uma imagem do Partido de agente mediador de conflitos, capaz de fazer o enfrentamento ao poder dominante, promover negociações, promover o exercício de direitos e de acesso à justiça.

Não devemos deixar que o pensamento humanista, inoculado na praxis de nossa militância desde os primórdios do Partido, deixe de referenciar nossa atuação. Não se propõe, aqui, uma novidade. Afinal, Direitos Humanos e o PT cresceram juntos na década de 1980 e não há como dissociar as mobilizações dos defensores dos Direitos Humanos do nascimento do Partido: as lutas contra a censura, pela anistia, a exigência da verdade sobre os mortos e desaparecidos políticos, a criação do novo sindicalismo, o florescimento dos grupos libertários de mulheres, gays e lésbicas, o movimento estudantil, a defesa da moradia e a luta pela terra. Direitos Humanos e PT estavam juntos na apresentação das emendas que deram à Constituição de 1988 os avanços democráticos e as conquistas de novos direitos sociais. Eram militantes do PT muitos dos que organizaram a rede de centros de Direitos Humanos na sociedade civil, inclusive os oriundos de organizações religiosas.

Em 1995, o Encontro Nacional do PT, em Vitória, Espírito Santo, criou a Secretaria Nacional do Partido para essa área, com o objetivo de formular políticas setoriais e articular-se internamente e com a sociedade. A percepção que tivemos da necessidade daquela instância sinalizava a importância que atribuíamos ao assunto. Em suas decisões, a Secretaria contribuiu na definição de programas para as prefeituras administradas pelo PT e fortaleceu nosso

compromisso com os princípios dos Direitos Humanos. Seguindo essa trajetória, não surpreendeu a criação, pelo Governo Lula, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria da Mulher, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, todas com status ministerial, além de programas sociais com nítida feição humanista, como o Fome Zero, o Bolsa Família, Pró-Jovem etc.

Um marco importante dessa trajetória de compromisso e liderança do PT no tema foi a criação, em 1995, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), espaço público de referência para a sociedade civil, sobretudo para os setores populares, no encaminhamento de demandas ao Congresso Nacional. A CDHM também é um foro privilegiado de mediação de conflitos, de apoio na busca de visibilidade e interlocução, um pólo de aglutinação. E é daí que emerge sua força política. No decorrer dos 12 anos da CDHM, ela realizou dez Conferências Nacionais, cerca de 400 audiências públicas e mais um número significativo de videoconferências, reuniões de trabalho e de articulação política, sempre em parceria com organizações civis e outras instituições do poder público. Essa interatividade e o reconhecimento da Comissão como referência para a sociedade e o movimento social não encontra paralelo em qualquer outra comissão do poder legislativo federal. Na esteira dessa experiência vitoriosa, foi criada, em 2005, a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa no Senado Federal. Hoje, ambas as Comissões - a da Câmara e a do Senado - são presididas por parlamentares do PT. De forma mais ou menos coordenada com essas comissões do Congresso Nacional, atuam as Comissões de Direitos Humanos presentes de Assembléias Legislativas e de centenas de Câmaras Municipais. A participação

petista na criação e consolidação desses órgãos parlamentares é incontestável.

Por intermédio de parlamentares e outros militantes, o PT prestou efetiva contribuição no processo que fez do Brasil país signatário de todas as convenções, tratados e demais instrumentos internacionais de prevenção, proteção e promoção dos Direitos Humanos. Fomos presença ativa na criação do Plano Nacional de Direitos Humanos e do Plano Nacional de Educação para Direitos Humanos. Nos estados e municípios, encontram-se em curso mobilizações para criar os planos nas respectivas esferas, sempre com a atuação de companheiros do PT. O fenômeno da institucionalização dos Direitos Humanos também está presente no poder executivo. Além do fortalecimento da Secretaria Especial de Direitos Humanos pelo governo Lula, nos estados e municípios, tem sido criados, sobretudo na última década, conselhos, secretarias e coordenações especializadas no enfrentamento dessa questão. Durante o primeiro mandato de Lula, foram realizadas pelo governo federal ou com seu apoio 38 conferências nacionais setoriais relacionadas a direitos humanos. Esses eventos envolveram mais de três milhões de pessoas. Hoje, a plataforma dos Direitos Humanos aglutina uma vasta gama de setores organizados, desde os mais veteranos, que lutam pelo direito à memória e anistia política aos perseguidos pela ditadura militar até os jovens militantes, que combatem as violações na Internet, passando por todas as chamadas gerações de direitos, que incluem mulheres, negros, índios, comunidade GBLT (gays, bissexuais, lésbicas e transgêneros), trabalhadores rurais, população carcerária, etc. Somados, esses segmentos alcançam parte significativa da população. Os militantes dos movimentos que animam esses segmentos são formadores de opinião, têm grande

capacidade multiplicadora e estão presentes em todos os estados. Hoje, trabalhar pelos Direitos Humanos significa, de forma articulada, desenvolver políticas públicas para negros, pessoas portadoras de deficiência, idosos, índios, jovens, desempregados e indivíduos de orientação sexual diversa. É lutar pela distribuição mais justa de renda e pela democratização do acesso ao trabalho, à terra, à moradia e ao conhecimento. O caminho dos Direitos Humanos é o da luta para que as pessoas adquiram dignidade e qualidade de vida.

Lutas presentes na agenda atual, com perspectivas de mobilização crescente na próxima década, têm o PT como protagonista relevante. Não será possível, entretanto, desempenhar o papel de liderança que se espera de nós se o Partido não souber absorver - como responsabilidade de todos os seus integrantes e não de apenas um grupo, restrito, de militantes abnegados - a tarefa de avançar nessas lutas. Estamos nos referindo ao combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil e à exploração sexual. Referimos-nos, também, às políticas públicas necessárias frente à diáspora de quase quatro milhões de brasileiros e à presença, em nosso País, de grande número de migrantes internacionais, inclusive refugiados.

Afinal, que partido já acumulou experiências e conquistas suficientes para avançar na lida com questões emergentes como o Direito Humano à Comunicação? Este direito é um patrimônio democrático de todos e a razão de seu exercício - que fortalece, entre outras, a inclusão digital -, vai de encontro ao desafio do oligopólio da mídia. E que partido, se não o PT, possui as condições necessárias para liderar o enfrentamento às ações de grupos de

extermínio, à violência contra a mulher e os idosos? Que partido, com raízes em todo o território, reúne legitimidade, trabalho realizado e visão de futuro para atualizar a dinâmica das questões agrária e indígena? Como fazer frente ao drama da segurança pública e inovar o sistema judicial sem a contribuição do PT?

Não basta ao PT dispor de um conjunto de militantes que carregam a bandeira dos Direitos Humanos de forma segmentada. Se, um dia, o ato de criar uma Secretaria foi importante para valorizar essa luta internamente, agora, é necessário que o PT, por inteiro, assuma o ideário e a luta pelos Direitos Humanos. É preciso incorporá-los em nossas políticas públicas e em nossa militância. De forma transversal, os Direitos Humanos devem estar presentes nos projetos que formulamos e implementamos, em todos os setores governamentais. Eles devem constituir um princípio característico - e reconhecível - de nossa ação como gestores públicos.

Recusemos a atitude de desprezo aos direitos humanos em nome de um pragmatismo irresponsável, conservador e intolerante!

Não há como reivindicar para si uma posição de esquerda sem exercitar a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades étnico-racial, religiosa, cultural, etária, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, o direito à nacionalidade e à opção política, entre outras, assim como a solidariedade entre os povos. Estas são tarefas da agenda dos Direitos Humanos que, lamentavelmente, estão sendo relegadas na construção partidária e na atuação de muitos companheiros como agentes do Estado.

Os espaços e as formas de lutar pelos Direitos Humanos

diversificam-se. Os princípios e valores que os norteiam não só permanecem como adquirem novos contornos, próprios de nosso tempo, e devem ser acolhidos pelo Partido como causa, na construção de uma nova sustentabilidade política e aproximação com os movimentos sociais e a nova geração militante.

A presença dos Direitos Humanos na construção histórica do PT é fortemente identificável através da atuação militante e institucional de seus filiados. Por isto vale reafirmar este compromisso deliberando que todas as políticas formuladas pelo PT tenham por referência os tratados, pactos, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, bem como a correspondente normatização da legislação brasileira.

Que todos os parlamentares do PT, em todos os níveis do Poder Legislativo, empenhem-se na criação de Comissões Permanentes de Direitos Humanos, assim como, na adequação da legislação interna brasileira aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Que as Administrações Públicas governadas pelo PT constituam espaços específicos para tratar do tema assegurando a efetivação dos direitos, de maneira transversal, em todas as políticas públicas implementadas.

Que em todas as instâncias partidárias seja constituído um fórum permanente para tratar das questões relativas aos direitos humanos, tais como, coletivo, núcleo, setorial, secretaria.

Superação da opressão de raça, gênero e classe

Com as resoluções da ONU sobre a discriminação, a partir dos anos 1950, ganha destaque o interesse dos países em implementar políticas de combate às discriminações e de promoção de igualdade de oportunidade e tratamento. Importante elemento considerado em tais iniciativas é a constatação de que nas sociedades, desfiguradas por anos de discriminação generalizada, não é suficiente que o Estado se abstenha de praticar a discriminação em suas leis ou procedimentos administrativos. Neste caso, cabe ao Estado favorecer a criação de condições de base que permitam a todos se beneficiar de igualdade de oportunidade e eliminar qualquer fonte de discriminação.

Por outro lado, as desigualdades nas chamadas condições de base sinalizam o entendimento de que o Estado, para alcançar a igualdade social, deve tratar os grupos discriminados de forma diferenciada e planejada. A natureza de tais medidas pode variar consideravelmente, desde a realização de esforços para desenvolver os recursos e as infra-estruturas de que carecem os grupos discriminados, uniformizando, assim, algumas condições de base, até os sistemas preferenciais de acesso.

O Brasil participou da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância, em agosto/setembro de 2001, em Durban, África do Sul. A Declaração e o Plano de Ação da Conferência “reconhecem a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos como crime contra a humanidade”. Ao aprovar estes documentos, a ONU recomenda que os países que se beneficiaram de alguma forma do sistema

escravagista implementem políticas afirmativas com o objetivo de minimizar as seqüelas decorrentes.

O fato é que, sem dúvida, as experiências com políticas de ações afirmativas no mundo criaram condições para o surgimento de propostas que dialogam com a superação do racismo. Ao passo que no Brasil, no século 21, setores conservadores das universidades, partidos políticos e governos insistem na reedição do mito da democracia racial ou na uniformidade da miséria brasileira e continuam de costas para os avanços observados nesta área.

Obstinado em negar a dimensão das desigualdades raciais no Brasil e ignorando o avanço de tais experiências, o Estado brasileiro contribui para o aprofundamento do racismo e atrasa a democratização efetiva da sociedade brasileira.

Está colocado para os partidos políticos, movimentos sociais, governantes e empresários o desafio de romper com velhas e inseqüentes práticas autoritárias e conservadoras de satanizar, criminalizar e silenciar os direitos reivindicados e reconhecer que não se podem assegurar os direitos fundamentais de todos os cidadãos se não considerarmos na produção de políticas sociais que a raça é uma categoria social a ser investigada, planejada e sistematizada. É necessário romper com a falta de apoio e com a indiferença política por parte da sociedade para levar adiante um plano nacional de superação da pobreza, do racismo e do machismo.

Cabe, portanto, ao PT e seus dirigentes, aos governantes e seus gestores, aos parlamentares e seus assessores, aos movimentos

sociais e suas lideranças renovar compromissos de políticas inovadoras no campo de combate às desigualdades sócio-raciais.

O terceiro passo é assumir o paradigma de que não basta tratar com igualdade os desiguais. No nosso caso será necessário o desenvolvimento de políticas sociais afirmativas dos direitos da população negra e a ampliação dos recursos orçamentários e humanos para o sucesso daquela política.

Já dissemos anteriormente que a radicalidade da democracia é transformar o potencial do movimento social em poder político. As organizações políticas e culturais do Movimento Negro têm contribuído na produção de alternativas sociais, culturais e econômicas com vistas ao futuro das próximas gerações e o exercício pleno da cidadania.

Reiteramos aqui toda a simbologia socialista resultante da sua experiência que pode ser reconhecida no ideal de tolerância inter-religiosa, manifestações culturais associativas e integrativas de diferentes grupos culturais, preservação quilombola da propriedade coletiva da terra e do meio ambiente, preservação da cultura imaterial, territorialidade urbana comunitária, a convivência associativa pacífica, liderança familiar feminina, a solidariedade econômica, respeito à ancestralidade, forte capacidade de estabelecer alianças sócio-políticas, habilidade na negociação política, espírito desportivo e agregador.

Definitivamente, não cabe apenas às organizações do Movimento Negro a responsabilidade pela execução de políticas de eliminação do racismo, mas ao conjunto do governo e demais instituições da

sociedade civil. O racismo brasileiro é de natureza estrutural, portanto, têm uma dimensão nacional que perpassa a educação, a cultura, a economia e a política e todas as dimensões da sociedade.

Cabe, sim, ao Movimento Negro imprimir o traço anti-racista nas políticas globais dos governos, das empresas e das instituições de forma a impedir a perpetuação de discriminação direta e indireta, objetivando eliminar as desigualdades raciais.

Via de regra, a nossa participação política nos governos tem sido formalizada nos Conselhos Institucionais, nos grupos de trabalho interministeriais ou assessorias. A novidade ficou para o Governo Lula que instituiu ministério especial para impulsionar transversalmente uma política de promoção da igualdade racial e tem desenhado as primeiras políticas de inclusão social para a população negra. Essa foi uma importante conquista do primeiro mandato do Governo Lula a ser consolidado no segundo governo.

A comunicação de um Estado democrático deve divulgar campanhas educativas de amplo alcance, objetivando fomentar o debate e criar as condições para implantação de novos procedimentos para a promoção da igualdade racial.

A um Estado democrático cabe a execução de uma política social e cultural que priorize programas e projetos setoriais que contribuam para reduzir o abismo existente entre os homens e mulheres negros e o conjunto da população de outras origens étnicas.

A um Estado democrático cabe a articulação da temática raça, gênero e classe como propósito permanente e eixo estratégico na

formulação e desenvolvimento de políticas públicas macro estruturantes, envolvendo todos os setores de atuação e segmentos de poder, até que atinjam toda a extensão e dimensões dos planos plurianuais, considerando a sustentabilidade do crescimento e a desconcentração de renda.

Comunicação

A ofensiva dos meios de comunicação comerciais contra o PT e o governo Lula, manifestada mais claramente na crise de 2005, nas eleições de 2006 e, mais recentemente, no episódio do acidente com o avião da TAM, é apenas a face mais visível (porque relativa a interesses políticos imediatos e palpáveis) do grande poder que possuem hoje os grupos empresariais que os controlam e da importância da mídia na disputa de hegemonia na sociedade dado seu alcance na formação de valores e opiniões.

No plano global, as comunicações são hoje dominadas por poucos conglomerados transnacionais que atuam no processo convergência tecnológica entre diversas plataformas (TV aberta, por cabo e satélite, rádio, imprensa, telecomunicações e Internet) avançando sobre os sistemas de mídia de todo o mundo. Além do poder oriundo do domínio do fluxo internacional informação, estes grupos vêm na indústria da cultura um lucrativo mercado.

No caso do Brasil, o avanço destes grupos, representados pelas empresas de telecomunicações, convive com um sistema caracterizado pela concentração da propriedade em seis redes nacionais que detêm 80% de todas as emissoras de rádio e TV do país, meios que atingem mais de 90% dos lares brasileiros. Este

quadro é resultado de um histórico de favorecimento por parte do Estado do projeto das elites, resultando em grandes grupos que comandam a produção de conteúdo em aliança com monopólios locais que detêm a retransmissão desta programação além de outros meios como rádio e jornais.

A primeira gestão do governo Lula iniciou importantes debates na área das comunicações. Mas se defrontou com a resistência de setores conservadores contra ações que alterassem o quadro do setor. Isso se refletiu em dificuldades para impulsionar medidas desta natureza. Para o segundo mandato, fica a herança de desafios fundamentais para democratizar as Comunicações no Brasil.

Com a reeleição de Lula, cabe ao PT, ao governo Lula e às demais forças progressistas compreenderem o momento novo que se abre, priorizando esforços e recursos para que, também no campo das comunicações, o Brasil se torne uma sociedade mais justa e democrática. Este avanço, em específico, é fundamental para equilibrar os instrumentos de disputa ideológica em favor de um projeto de transformação da ainda persistente dívida social do País em detrimento do monopólio do projeto conservador expresso na grande mídia comercial.

Tarefa fundamental é garantir a existência dos sistemas estatal e público de comunicação. O primeiro deve servir como meio legítimo de difusão das informações de interesse dos três poderes que compõem o Estado, nos três níveis da Federação. Já o sistema público deve produzir conteúdos de finalidade educativa, cultural e artística e dar voz às expressões diversas da sociedade organizada,

com autonomia e gestão participativa. O sistema privado, já consolidado na figura dos meios comerciais, deve ser alvo de efetivo controle contra o monopólio, a exemplo de outros países, e deve ser também alvo de políticas que introduzam reservas de programação independente e regionalizada.

O segundo mandato do presidente Lula já deu um passo importante nessa direção, iniciando a reconstrução de sistema público de rádio e TV, criando uma política própria para o setor e investindo recursos para que esse sistema tenha qualidade e alcance nacional. Para alcançar êxito neste empreendimento, um aspecto fundamental é permitir que a gestão seja efetivamente participativa, impedindo sua apropriação pelo mercado.

Junto à rede de emissoras que já está sendo formada, encabeçadas pela TV Brasil, o sistema público de comunicação deve comportar também as outras emissoras do chamado campo público: as universitárias, comunitárias e legislativas. O processo nestas bases deve ser replicado no caso do rádio, cujo alcance como veículo comunitário é hoje o principal instrumento de promoção do direito à comunicação. Mas tal iniciativa, embora importante, contempla apenas parte do conjunto de ações que o PT julga essenciais para a efetiva democratização dos meios, do acesso e da produção de conteúdos.

Nesta medida, o PT propõe a imediata revisão dos mecanismos de outorga de canais de rádio e TV, concessões públicas que vem sendo historicamente tratadas como propriedade absoluta por parte das emissoras de radiodifusão. Esta atualização passa pelo cumprimento da Lei, haja vista a flagrante ilegalidade em diversas

emissoras, a maior transparência e agilidade nos processos e a criação de critérios e mecanismos para que a população possa avaliar e debater não somente a concessão e renovação de outorgas.

No combate ao quadro de “terra sem lei” do sistema de concessões, o PT deve se juntar à luta da sociedade organizada para concretizar os preceitos da Constituição Federal de 1988 que estabelecem a proibição do monopólio na mídia e define como finalidade do conteúdo veiculado veicular a educação, a cultura e a arte nacionais. Para isso, acrescenta o texto da Constituição, devem ser promovidas a produção independente e regionalizada.

No campo da radiodifusão comunitária, o PT defende a adoção de uma política clara criando condições para que um número cada vez maior de localidades possam contar com essas emissoras, multiplicando os canais de expressão, potencializando a circulação das informações e fornecendo conteúdos não necessariamente ligados aos consensos midiáticos da imprensa monopolista. Esta política deve ampliar o número de frequência para estas emissoras, ampliar os limites de área e potência de alcance (hoje restritos a 1Km de raio e 25 Watts) e garantir seus meios de sustentabilidade financeira.

Para manter o caráter democrático e popular das rádios comunitárias, é preciso ainda criar instrumentos que coíbam a apropriação dessas emissoras por grupos políticos e religiosos locais - processo que reproduz a lógica dos grandes negócios da comunicação e que nosso governo, justamente por ausência de

uma política mais consistente para o setor, não tem sido capaz de evitar.

No processo de implantação da TV digital, o PT defende a garantia de espaço para novos canais e o aproveitamento da tecnologia nacional no sistema. No caso do rádio digital, não deve haver qualquer definição sem uma avaliação séria das possibilidades tecnológicas disponíveis, calcada em critérios democraticamente debatidos, e que o modelo garanta o fortalecimento das emissoras públicas e comunitárias e o aproveitamento dos recursos técnicos para abertura de espaço para novos agentes neste meio.

Todas estas ações devem estar articuladas com uma ação efetiva do partido no cumprimento da principal tarefa apontada pelo programa setorial de governo de Comunicação e Democracia apresentado pela candidatura Lula: construir um novo marco institucional para as comunicações. Este processo de elaboração de novas normas para o setor deve responder aos problemas apresentados frente ao novo cenário da convergência de tecnologias, serviços e conteúdos na perspectiva de democratizar a mídia no Brasil.

Por fim, o PT apóia os movimentos que lutam para que estes e outros temas sejam debatidos numa ampla, democrática e participativa Conferência Nacional de Comunicação; construída a partir de etapas estaduais e regionais e que tenha como objetivo apontar diretrizes para as políticas do setor. O PT não medirá esforços para ajudar a mobilizar a sociedade em torno do assunto.

É fato que o PT se comunica mal consigo mesmo e com a sociedade. O PT tem que adotar medidas para a construção de uma política de comunicação de massas, capaz de enfrentar a mediação deformada imposta pela mídia.

O PT nunca desenvolveu uma política de comunicação capaz de estimular e disseminar o debate, unificar a ação, promover a troca de informações entre as instâncias partidárias e dar as diretrizes gerais para a disputa de projetos na sociedade. No plano externo, o PT não construiu seus próprios meios de comunicação e nem se articulou de maneira efetiva com aqueles de caráter alternativo, ficando refém do contato com a sociedade por meio das grandes empresas da mídia comercial. Essa falta de articulação está na base de muitos dos problemas enfrentados pelo PT nos últimos anos.

Para que o PT seja realmente um partido democrático e militante, é preciso criar mecanismos internos de comunicação, como a criação de um jornal semanal voltado para a militância petista e para a militância da esquerda política e social. Cabe, também, dar prosseguimento às mudanças nas características da revista Teoria e Debate, para que ela possa servir efetivamente de instrumento para o debate político e cultural com a intelectualidade democrática e de esquerda. Além disso, é necessário aproveitando as novas possibilidades tecnológicas, potencializando o Portal do PT na internet.

Com base nas questões acima elencadas, e para debatê-las em profundidade, o 3º Congresso do PT convoca para este ano, em data e local a serem definidos pelo Diretório Nacional, a II Conferência Nacional de Comunicação do partido.

A Conferência deverá discutir também as estratégias de comunicação do partido para as eleições municipais de 2008, envolvendo nesse processo as instâncias diretamente ligadas ao tema, como diretórios locais, mandatários, possíveis candidatos e as secretarias nacionais de Organização e Assuntos Institucionais.

Reforma Agrária

O PT reafirma a centralidade da reforma agrária no projeto de desenvolvimento do Brasil, como condição fundamental para a geração de trabalho, distribuição de renda, democratização da sociedade, promoção da justiça no campo, ocupação equilibrada do território e para o uso sustentável dos recursos naturais.

O PT propõe a todas as forças democráticas e populares a construção de uma ampla transformação no mundo rural, como parte constitutiva de um novo modelo de desenvolvimento nacional com justiça social e soberania. Esse caminho passa pela democratização do acesso e da posse da terra, pela afirmação do princípio da função social da propriedade, o fortalecimento da agricultura familiar, dos assentados da reforma agrária e das comunidades rurais tradicionais, a soberania territorial, a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental, a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia.

O modelo agrário historicamente implantado no Brasil baseia-se na grande propriedade monocultora, que degrada os recursos naturais e submete à força de trabalho às condições desumanas, degradantes e ao trabalho escravo. Esta estrutura fundiária,

marcadamente latifundiária, é geradora de relações sociais, econômicas e políticas injustas, desiguais e autoritárias. A modernização conservadora do campo promovida pelo regime militar, por meio de fartos subsídios públicos para estimular a mecanização e o uso de intensivo agroquímicos e outras tecnologias, gerou o aumento da concentração fundiária e da pobreza no campo e forçou o êxodo rural, que acabou por alimentar um processo de urbanização caótico. Na fase atual, em que o velho latifúndio se apresenta como "agronegócio", o modelo agrícola é fortemente influenciado pelas grandes empresas transnacionais da agricultura, que controlam a cadeia produtiva, desde as sementes - muitas delas transgênicas - até a industrialização e a distribuição.

Esse quadro pode se agravar com a ampliação desregulada da produção de etanol. No padrão atual, essa produção é realizada em grandes propriedades monocultoras de cana-de-açúcar, sendo que a maior parte delas oferece condições de trabalho desumanas e degradantes e causam imenso prejuízo a biodiversidade. A expansão pode resultar no aumento da compra de indústrias e de terras por empresas estrangeiras (desnacionalizando ainda mais o país), aumentar a concentração fundiária, desestruturar regiões de concentração da agricultura familiar, impactar a produção de alimentos e pressionar a expansão da fronteira com graves conseqüências ambientais. Não podemos repetir erros do passado. A produção de etanol deve ser objeto de regulação pelo Estado, com a restrição de áreas de plantio, implementação de efetivo zoneamento climático-sócio-ambiental, exigência do cumprimento da função social da propriedade, estabelecimento de condicionantes para acessar financiamento público.

A concentração da propriedade da terra sustenta-se, também, nas situações de ilegalidade e instabilidade jurídica que permitiram que milhões de hectares de terras públicas e devolutas fossem griladas e banhadas com o sangue dos que ali habitavam. Estima-se que milhares de pessoas trabalham em regime de escravidão em nosso país, parte desses trabalhadores encontram-se em carvoarias ilegais localizadas na região amazônica. Outro dado alarmante da barbárie capitalista rural pode ser verificado no número de assassinatos, tentativas de assassinatos, feridos e prisões no campo.

A resistência camponesa, negra, indígena e popular tem marcado a história nacional. Os trabalhadores e trabalhadoras sempre lutaram para mudar a estrutura latifundiária. Eles reivindicam a democratização do acesso e da posse da terra e a extensão da cidadania a população do campo. Por essa razão, as organizações e movimentos sociais no campo foram e seguem sendo importantes agentes da construção da democracia brasileira. Suas lutas são legítimas e necessárias. As ocupações de terras improdutivas ou griladas representam o principal método de luta das organizações camponesas no Brasil e na América Latina. Essas ocupações tem seu fundamento no direito a vida, a alimentação, a moradia e, sobretudo, na função social da propriedade, nos termos previstos pela Constituição Federal. A maciça maioria dos assentamentos rurais atualmente existentes foi conquistada por meio das lutas camponesas, em especial, por meio das ocupações.

O Poder Judiciário tem representado um importante obstáculo a reforma agrária. Setores predominantes desse Poder tratam com pesos diferentes as ações judiciais envolvendo a luta pela terra:

impunidade frente a violência, agilidade para julgar ações penais contra as lideranças dos movimentos sociais e lentidão para apreciar as ações de desapropriação e de retomada de terras que estão nas mãos de grileiros.

O problema agrário brasileiro foi agravado durante a era FHC. O projeto neoliberal significou o sucateamento do INCRA, o desmonte do sistema nacional de assistência técnica e a criminalização dos movimentos sociais, cuja principal expressão foi a edição da "MP das Invasões". O "Novo Mundo Rural" que o governo FHC projetava para o país estava na contramão das aspirações populares, ate porque mantinha inalterada a estrutura latifundiária.

A eleição de Lula representou uma inflexão no tratamento dado a questão agrária pelo governo brasileiro. O II Plano Nacional de Reforma Agrária buscou expressar uma abordagem contemporânea, em que mudança da estrutura fundiária com a conquista do direito a terra associa-se à segurança e soberania alimentar, à promoção da igualdade de gênero, a conservação da biodiversidade, como elementos constitutivos de um novo padrão de desenvolvimento. Além disso, os recursos destinados a aquisição de terras foram ampliados significativamente, os valores direcionados ao financiamento da agricultura familiar saltaram de R\$ 2,3 bilhões, em 2002, para R\$ 12 bilhões, em 2007, iniciou-se um processo de recuperação do INCRA, avançaram as ações de reforma agrária na Amazônia e os programas de educação do campo, foram criadas políticas públicas voltadas ao aumento da qualidade dos assentamentos de reforma agrária, a promoção da igualdade de gênero e reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas. Além disso, o governo interditou o processo de criminalização

provido por FHC e manteve um permanente e solidário diálogo com os movimentos sociais no campo, inclusive na elaboração e implementação das políticas públicas. Essas e outras ações tornam a reforma agrária do governo Lula muito superior a dos demais governos.

No entanto, esses avanços são insuficientes para alterar a estrutura fundiária concentradora e injusta e impulsionar um novo modelo de desenvolvimento rural. A reforma agrária ainda não foi reconhecida pelo governo como política pública central para o desenvolvimento do país e da democratização da sociedade. O modelo do agronegócio continue hegemônico, tendo sido beneficiado por crescentes volumes de crédito e seguidas renegociação de dívidas. Verifica-se ainda alguns retrocessos, como a liberação comercial dos transgênicos e o estímulo às transnacionais papeleiras, que espalham o "deserto verde".

Para modificar a matriz econômica, social e política brasileira a reforma agrária precisa ser massiva e ampla e democratizar a estrutura fundiária em todas as regiões do país. Temos que superar a hegemonia do agronegócio e constituir um novo modelo de desenvolvimento, calcado na democratização da terra, na soberania alimentar, na sustentabilidade ambiental, na promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, na produção para o mercado interno e no fortalecimento da agricultura familiar.

Reforma agrária pressupõe desconcentrar a propriedade da terra, alterando a estrutura fundiária que atualmente mantém 46,8% da área registrada nas mãos de 1,6% dos proprietários e tornar produtivos os 133 milhões de hectares de terras improdutivas.

Pressupõe-se também garantir o cumprimento da função social da propriedade e limitar o tamanho máximo da propriedade, razão pela qual o PT apóia a campanha promovida pelo Fórum Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Justiça no Campo pela limitação do tamanho da propriedade. Pressupõe ainda retomar amplas parcelas do território que atualmente se encontram nas mãos de grileiros e destina-las ao assentamento de trabalhadores sem-terras, bem como reconhecer e titular as terras de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Os imóveis rurais que não cumprem a função social precisam ser destinados a reforma agrária. A função social somente é atendida quando a terra produz, utiliza racionalmente os recursos naturais, respeita a legislação que regula as relações de trabalho e assegura o bem-estar daqueles que nela trabalham. A propriedade que atenda aos índices de produtividade, mas que não respeite o meio ambiente e a legislação trabalhista, também deve ser destinada a reforma agrária. Urge ainda atualizar os índices de produtividade, fixados com base em dados da década de 1970, para que se possa viabilizar o instrumento da desapropriação, priorizando, inclusive, as famílias acampadas. Os proprietários que praticam o trabalho escravo e degradante devem ser submetidos a legislação penal e impedidos de acessar recursos públicos, sendo que seus imóveis devem ser expropriados, sem indenização, e destinados aos assentamentos. Por esse motivo, o PT e o governo Lula devem trabalhar para que o Congresso Nacional aprove imediatamente a PEC que determine a expropriação da propriedade onde for constatado trabalho escravo.

O país precisa redefinir o marco legal da reforma agrária para que ela possa ter a dimensão e magnitude necessária: criar novas linhas de crédito especial para os beneficiários da reforma agrária, inclusive, as comunidades tradicionais; aprofundar o fortalecimento institucional do INCRA; promover a desburocratização do processo administrativa e judicial da desapropriação; aumentar os recursos orçamentários para a reforma agrária; e implementar uma política que universalize a educação no campo. Além disso, precisamos ampliar a capacidade do Estado de regulação do desenvolvimento rural, em especial, a regulação da ocupação do território, das atividades agropecuárias e agroindustriais e de gestão dos recursos naturais.

O PT deve lutar para que o Congresso Nacional deixe de ser instrumentalizado pelos ruralistas para travar a Reforma Agrária e criminalizar os movimentos sociais do campo, lutando para aprovar a PEC que expropria propriedade onde for constatado trabalho escravo, para aprovar os projetos que impedem a concessão desordenada de liminares em ações possessórias e as proposições que agilizam os processos administrativos e judiciais de obtenção de terras.

Os delegados e delegadas do III Congresso do PT reafirmam que a reforma agrária representa uma das mais importantes bandeiras políticas do PT. Por essa razão, a militância do PT presente nas lutas sociais e na institucionalidade deve atuar na mais variadas frentes para construir um vigoroso movimento capaz de implementar uma ampla e massiva reforma agrária.

Reforma Urbana

No primeiro mandato do governo Lula, o Ministério das Cidades foi responsável por iniciar a implementação do Estatuto das Cidades e de uma agenda da Reforma Urbana no país, através da construção de uma política urbana a partir do processo de Conferências Nacionais, do estabelecimento do Conselho Nacional das Cidades, da aprovação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, da aprovação de marco regulatório do saneamento e da Campanha Nacional pela implementação dos Planos Diretores Participativos.

Neste segundo mandato do Governo Lula, estas ações podem avançar, na medida em que os recursos disponibilizados através do PAC possam ser utilizados para que os princípios e diretrizes estabelecidos através destes instrumentos transformem-se de fato em acesso à terra urbanizada, regularizada e bem localizada para todos os segmentos sociais.

Neste sentido, é fundamental que os instrumentos de política fundiária dos planos diretores sejam utilizados para combater a exclusão social, aumentando a oferta de terrenos bem localizados para habitação de interesse social e promovendo a regularização fundiária plena dos assentamentos ocupados por população de baixa renda.

Entendendo que essas ações são de competência municipal, cabe ao governo federal dar as diretrizes e promover ações de assistência técnica e capacitação, fortalecer os movimentos sociais, além de liderar , em todo o país, um mutirão para construir cidades de todos e para todos.

Além disso, deve ser garantido que os projetos de intervenções de urbanização de favelas implementadas com recursos do PAC sejam definidos em conjunto com os moradores envolvidos e que a produção de habitação de interesse social atenda prioritariamente à população com faixa de renda de até 3 salários mínimos.

Para garantir essa política no Governo Lula, é necessário preservar e fortalecer a política construída com a sociedade - nas Conferências e Conselho das Cidades - e para tanto é necessário que a condução do Ministério das Cidades seja feita com esses princípios e realizada por quadros comprometidos com a implementação desta agenda, como são os companheiros petistas identificados e formados nesta perspectiva.

Em defesa do SUS: essa luta é nossa.

A saúde como direito fundamental da pessoa humana deve ser objetivo primordial dos governantes. Ao mesmo tempo, a saúde é fator de desenvolvimento econômico e social de um país e é o resultado do modelo de desenvolvimento adotado. Garantir a saúde de um povo significa investir na qualidade de vida das pessoas e assegurar a oferta de ações e serviços de saúde, conforme sua necessidade. Ter um sistema de saúde democrático, que desenvolve ações integrais de acesso universal, é uma conquista da sociedade brasileira que precisa ser valorizada e defendida contra qualquer iniciativa que impeça o seu avanço ou que atente contra os seus princípios e suas diretrizes.

O Sistema Único de Saúde (SUS), concebido na luta da sociedade organizada em defesa da saúde pública de qualidade a partir da década de 70, sistematizado pelo Movimento da Reforma Sanitária na 8ª. Conferência Nacional de Saúde e instituído pela Constituição Federal de 1988 e pelas Leis Orgânicas da Saúde, acumula vitórias nesses 19 anos de implantação. É o maior sistema público de saúde do mundo e um dos principais ramos de atividade social e econômica do Brasil com profissionais e serviços de excelentes qualidades e reconhecido nacional e internacionalmente. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi um dos principais protagonistas da criação do SUS, que participou de todas suas lutas sociais em sua defesa, apresentou propostas em todas as Conferências de Saúde realizadas nesse período e vem desenvolvendo inúmeras experiências bem sucedidas de sua implementação em gestões municipais, estaduais e, desde 2003, no governo federal, e que, também, foi responsável pela proposição e aprovação da Emenda Constitucional nº 29/2000, que definiu a responsabilidade das 3 esferas do governo com relação ao financiamento do sistema e, ainda, foi autor do Projeto de Lei Complementar que regulamenta a EC 29 e de seus substitutivos.

O PT reafirma sua defesa intransigente do SUS como DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO, seus princípios e diretrizes e o pacto pela saúde, entendendo a saúde como um bem público de toda a sociedade, que o conjunto de serviços da saúde, sejam públicos ou privados, devem estar sob efetiva gestão pública onde o Estado regule o mercado no interesse público e não o mercado molde o Estado na lógica dos interesses do capital. Defende o governo Lula e seu programa de governo para a saúde, vitorioso na campanha eleitoral de 2006. Defende a interlocução permanente dos setoriais

com governos do PT, em especial do setorial nacional de saúde com o Ministério da Saúde, além dos setoriais estaduais e municipais com as respectivas secretarias de saúde. Defende, também, o envolvimento do conjunto da sociedade num amplo processo de participação popular no Pacto em defesa do SUS.

Mesmo com as conquistas obtidas até o momento, o SUS precisa continuar avançando: na construção de uma gestão democrática e com qualidade; na superação efetiva do modelo biomédico, neoliberal, privatista, em todos os níveis do sistema; na qualidade, universalização e ampliação da resolutividade, da atenção básica bem como toda a rede integrada de serviços na média e alta complexidade; no fortalecimento do controle social e na humanização, na perspectiva de consolidar como a maior política pública de nosso país, generosa, solidária, inclusiva, participativa e universal. Para isso, é preciso que o Estado destine mais recursos para o financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde que integram o Sistema, com definições claras e objetivas sobre a melhor forma de aplicação dos novos recursos e para a qualificação da sua gestão.

Por fim, e não menos importante, o PT exige a regulamentação da EC 29/2000 que define o que são ações e serviços públicos de saúde para efeito de aplicação dos recursos do SUS, a ampliação dos recursos da União, e a penalização do gestor que descumprir a legislação brasileira do SUS.

Os recursos novos resultantes da regulamentação da EC 29 devem ser destinados a: garantir a implantação imediata de sistemas de informação e comunicação, otimizando a regulação do sistema,

instrumentos adequados aos interesses dos usuários do SUS; facilitar o acesso às políticas de atenção universal e integral, sem discriminação de qualquer natureza e considerando as diferenças epidemiológicas, sociais e regionais, com a gestão pública qualificada; garantia da participação popular e o controle social nos novos espaços de gestão solidária e democrática, oportunizados pelo Pacto pela Saúde; promover a humanização da atenção e das relações entre gestores, profissionais e usuários, a desprecarização do trabalho e a implantação dos Planos de Carreira, Cargos e Salários do SUS, com pisos nacionais de salário conforme a escolaridade de seus profissionais.

À designação do Sistema de Saúde nacional acrescenta-se a caracterização de único porque se adota os mesmos princípios doutrinários e os mesmos princípios organizativos em todo o território nacional, sob responsabilidade de três esferas autônomas de governo: federal, estadual/Distrito Federal e municipal.

Baseado nos preceitos constitucionais, a construção do SUS norteia-se pelos seguintes princípios doutrinários e organizativos, a saber:

a) Universalidade: todas as pessoas têm direito ao atendimento independentemente de cor, raça, religião, local de moradia, situação de emprego, renda e outros. A saúde é dever da cidadania e dever dos governos municipal, estadual/Distrito Federal e federal. Assim, deixou de existir a figura do “indigente” no setor saúde;

b) Igualdade: todo cidadão é igual perante o Sistema Único de Saúde e será atendido conforme as suas necessidades. Os serviços de saúde devem considerar que em cada população existem grupos

que vivem de forma diferente, ou seja, cada grupo ou classe social ou região tem seus problemas específicos, tem diferenças no modo de viver, de adoecer e de ter oportunidades de satisfazer suas necessidades de vida;

c) Integralidade: as ações de saúde devem ser combinadas e voltadas, ao mesmo tempo, para a prevenção e a cura. Os serviços de saúde devem funcionar atendendo o indivíduo como um ser humano integral, submetido às mais diferentes situações de vida e de trabalho, que o levam a adoecer e a morrer. O indivíduo deve ser entendido como um ser social, cidadão que do ponto de vista biológico, psicológico e social está sujeito a riscos de morte. Desse modo, o atendimento deve incidir sobre a sua saúde e não somente sobre as suas doenças, o que demanda erradicar as causas, diminuir os riscos e tratar os danos. Em síntese, é preciso garantir o acesso às ações de:

- Promoção (ações que buscam eliminar ou controlar as causas de doenças ou agravos à saúde, envolvendo também ações desenvolvidas em outros setores, como meio ambiente, habitação e educação);
- Proteção (ações específicas para prevenir riscos e exposições às doenças, ou seja, para manter o estado de saúde);
- Recuperação (ações que evitam as mortes das pessoas doentes, assim como as seqüelas, ou seja, que já atuam sobre os danos à saúde).

d) Regionalização e Hierarquização: a rede de serviços do SUS deve ser organizada de forma regionalizada e hierarquizada permitindo, assim, um conhecimento maior dos problemas de saúde da população de uma área territorial delimitada, favorecendo o desenvolvimento das ações de atenção ambulatorial, hospitalar e de urgência e emergência em todos os níveis de complexidade, de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica (controle de doenças), de controle de vetores e de educação em saúde.

O acesso da população à rede de serviços deve se dar por meio de serviços de nível primário de atenção, qualificados o suficiente para resolver os principais problemas que são demandados aos serviços de saúde. Aqueles que não podem ser resolvidos nesse nível de atenção devem ser referenciados para os serviços de maior complexidade tecnológica;

e) Descentralização: a redistribuição das responsabilidades pelas ações e serviços de saúde entre as três esferas de governo, a partir da idéia de que, quanto mais perto do fato a decisão for tomada, mais chance haverá de acerto. Isso pressupõe que deverá haver profunda redefinição das atribuições e responsabilidades da esfera federal, estadual/Distrito Federal e municipal, procurando reforçar-se o poder municipal no tocante à saúde;

f) Participação da Comunidade: garantia constitucional de que a população, através de suas entidades representativas, poderá participar do processo de formulação das políticas de saúde e do controle de sua execução em todas as esferas de governo, desde a federal até a local. Essa participação deve dar-se nos Conselhos de Saúde (nacional, estadual/Distrito Federal e municipal), constituídos por representação paritária de usuários, governo, profissionais de

saúde e prestadores de serviços, com poder deliberativo, e nas Conferências de Saúde - instâncias máximas de deliberação que devem ocorrer periodicamente.

Conferência Nacional do Mundo do Trabalho

O Partido dos Trabalhadores defenderá diretamente na sociedade e junto ao Governo Lula, a realização de uma Conferência Nacional do Mundo do Trabalho, nos moldes das conferências que vem sendo realizadas principalmente no atual governo, visando articular e qualificar as proposições gerais do mundo do trabalho para um projeto de nação democrática e popular.

O PT proporá que o eixo estruturador da citada conferência seja:

PROPOSTAS DO MUNDO DO TRABALHO PARA UMA NAÇÃO SOBERANA, DEMOCRÁTICA E POPULAR.

Eixo este que se desdobraria nos seguintes temas:

- Os trabalhadores como sujeito na construção de uma Brasil soberano, democrático e popular.
- Redução da jornada de trabalho e fim das horas-extras: menos trabalho, para que todos possam trabalhar!
- Agricultura familiar e soberania alimentar.
- Autogestão, micro e pequenas empresas, numa perspectiva democrática e popular.
- Estado e direitos históricos do mundo do trabalho.
- Controle social na economia contemporânea.

Plebiscito da Vale do Rio Doce

Em 1997 a Cia. Vale do Rio Doce foi privatizada por FHC, num leilão fraudulento, privatização contra a qual lutaram o PT, a CUT e os principais movimentos sociais do Brasil.

Em dezembro de 2005, após reabertura de uma Ação Popular pela justiça de Brasília, ação que questiona o leilão de privatização, foi retomada a luta pela recuperação da Vale através da campanha pela anulação do leilão.

Essa campanha organiza para a Semana da Pátria, um plebiscito popular que questiona a privatização de 1997 e reconhece que o governo e a justiça brasileira têm a legitimidade e a autoridade política para anular o leilão.

O 3º Congresso do PT decide apoiar o plebiscito, com uma pergunta sobre a Vale, conforme definiu a CUT, inclusive organizando a coleta de votos nos diretórios municipais e zonais em todo o país, entre os dias 1 e 7 de setembro, somando-se à ampla organização social já em movimento.

Solicitação à Procuradoria Geral da República

O 3º. Congresso Nacional do PT solicita à Procuradoria Geral da República (PGR), agilidade na instauração das ações pertinentes às denúncias de “caixa 2” e uso de dinheiro público na campanha eleitoral de 1998 pelo PSDB, em Minas Gerais, tendo como candidato, o hoje senador Eduardo Azeredo, ex-presidente nacional desse partido.

Saliente-se que este e outros fatos já têm forte comprovação, sendo, inclusive citados pelo ministro Joaquim Barbosa, no STF.

Registre-se também, que a Polícia federal já finalizou o inquérito, comprovando a denuncia e a remeteu à PGR, o que impões a sua completa elucidação nos canais judiciais competentes.